

**FACULDADES INTEGRADAS  
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS  
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

Aline de Souza Ribeiro

Presidente Prudente/SP

2004

**FACULDADES INTEGRADAS  
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS  
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

Aline de Souza Ribeiro

Monografia apresentada como requisito parcial de  
Conclusão de Curso para obtenção do Grau de  
Bacharel em Ciências Econômica, sob orientação  
do Prof. Ms. Flávio Alberto Oliva.

Presidente Prudente/SP

2004

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como  
requisito parcial para obtenção do Grau de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Ms. Flávio Alberto Oliva

Prof. Ms. Douglas Fernandes

Aparecida José Martines Oliveira

Presidente Prudente, (25/11/2004)

## DEDICATÓRIA

A Deus primeiramente que me dá forças sempre em minha vida, principalmente no decorrer desses cinco anos.

A minha mãe que é meu alicerce tanto na minha vida particular quanto profissional.

Quem estuda e não pratica o que aprendeu, é como o homem que lava e não semeia.

Provérbio Árabe

## **AGRADECIMENTOS**

-Ao meu professor, mestre e orientador Flávio Alberto Oliva, pelo empenho e solicitude em desfazer equívocos, nos momentos em que não foi possível trilhar sozinha os nebulosos caminhos da pesquisa e tão gentilmente dedicou um tempo e aplicou um conhecimento precioso para a construção desse trabalho.

-A Cidinha por ter me dado sugestão ao título desse trabalho.

-Aos meus colegas de turma, aos quais já estou sentindo saudades, em especial para o grupinho, Eli, Willi, Carla e Val.

-As minhas amigas que sempre me deram forças para continuar nessa árdua, mas satisfatória caminhada Jú, Kelly, Lú, Néia, e Cida(s).

-Aos meus familiares que direta ou indiretamente me ajudaram na constante busca de maximização de conhecimento Vanessa, Júlio, Allisson, Gabi, Pâmela e meu Pai.

-Em especial ao meu padrasto “Dada” por ser um homem de caráter e demonstrar o amor e respeito que dedicou a minha mãe, durante minha ausência de filha.

-E ao Alex, apesar do pouco tempo junto, tem parte significativa para a construção deste trabalho, por me proporcionar bons momentos de inquietude ao meu coração.

-Aos funcionários do INCRA, ITESP, IBGE, SEBRAE e CATI, cujo esforço em fornecer-me dados e com a experiência de seu trabalho, deram importantes contribuições para esta pesquisa.

-À professora Rosangela Hespanhol e ao aluno Elias Noronha da Faculdade Unesp, que me deram importantes sugestões e materiais para o enriquecimento deste trabalho.

-A todos que indiretamente participaram deste processo de construção, e que por serem muitos, não puderam ser citados nominalmente.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade analisar a dinâmica das unidades produtivas familiares existentes no município de Presidente Prudente. E a partir desse contexto verificar sua representatividade na economia do município.

Para tanto, foi necessário, além do levantamento bibliográfico referente a produção familiar do município de Presidente Prudente, a coleta de dados, junto ao Censo Agropecuário da FIBGE de 1995/96.

Assim, parte-se de uma estrutura macro a questão agrária e a estrutura fundiária a nível Brasil e faz um afinilamento ao objeto de estudo o município de Presidente Prudente.

A agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento do município, apesar de pequena é gerador de renda, emprego, produção de alimentos para consumo interno e externo bastando à integração e maior participação dos órgãos locais: Secretaria Municipal de Agricultura, Associações e Cooperativas.

O município de Presidente Prudente reúne todas as condições favoráveis para o desenvolvimento da pequena propriedade rural, bastando à organização estrutural, político-administrativa e comercial.

Palavras-Chave: produção familiar, pequena propriedade, política agrícola.

## ABSTRACT

The recent work has the finality to analyse the dynamics of the family productive units existent in the municipality of Presidente Prudente. And with this context check its representativity in the municipality economic.

For this, it was necessary, not just the raising of the bibliography relating to the family production of the municipality of Presidente Prudente, the information collected, with the Agricultural Census of the FIBGE of 1995/96.

So, it starts from a macro structure the agrarian question and the agriculture structure talking about Brazil and it does a decrease to the object of the study the municipality of Presidente Prudente.

The family agriculture it's of extreme importance to the development of the municipality, even if it's small, it's generator of in come, job, aliment production to interned and external use just reed the integration and more participation of the local organ: The Agricultural municipality Secretariat, Associations and Co-operatives.

The municipality of Presidente Prudente get together all the approvable conditions to the development of the small rural property, enough just to the structural organization political-administrative and comercial.

Keywords: family production, small property, agricultural politics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

QUADRO 1-Características da Agricultura Patronal e Familiar .....	28
QUADRO 2-Potencial Agrícola Brasileiro .....	38

### TABELAS

TABELA 1-Participação dos Estabelecimentos Familiares na Produção .....	30
TABELA 2-Pronaf Financiamento para Custeio e Investimento .....	33
TABELA 3-Estrutura Fundiária.....	44
TABELA 4-Principais Culturas do Município de Presidente Prudente/SP.....	53
TABELA 5-Estatísticas da Produção de Produtos Agrícolas e da Pecuária do Município de Presidente Prudente/SP .....	54
TABELA 6-Estatísticas Agrícolas, Município de Presidente Prudente/SP .....	55



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
1.1 Definição de Agricultura Familiar .....	25
1.1.1 Categorias de Agricultura familiar .....	29
1.2 Grupos de Enquadramento de Crédito no Pronaf .....	31
<b>2 POLÍTICAS AGRÍCOLAS .....</b>	<b>35</b>
2.1 Alternativas de Fortalecimento e Desenvolvimento da Ag. Familiar .....	39
2.1.2 Cooperativismo como Instrumento de Participação Social .....	40
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE P.P .....</b>	<b>42</b>
3.1 Estrutura Fundiária de Presidente Prudente.....	44
3.2 Dinâmica Agrária em Presidente Prudente.....	45
3.3 Obtenção de Crédito Agrícola no Município de Presidente Prudente .....	47
3.4 Condições para Viabilizar a Produção Rural .....	48
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A ciência, na permanente busca de análise e desvendamento dos fenômenos que constituem a realidade, opera a partir de determinados aspectos, pois nele está envolvida uma complexa cadeia de variantes inter-relacionadas.

É, pois a partir destes pressupostos, que aqui se propõe abordar o município de Presidente Prudente, tendo como ponto de partida a questão agrária local, dentro de uma perspectiva onde procurou-se evitar a perda da dimensão entre o particular e o geral, hoje materializados neste espaço.

Ressalta-se tratar de um processo, cujo desenrolar confunde biografia com bibliografia, no qual ocupam lugar de destaque, ao encontrarem-se na base deste trabalho, algumas obras e autores, elos de processos históricos aqui analisados, bem como novos ingredientes que emergem ante um processo contínuo, irrefreável de incremento e rearranjo de todos os componentes contidos em um modo de produção, cuja lógica reside numa permanente dinâmica de transformar. Isto resulta em modificações que são a razão de se fazer ciência, ou seja, a necessidade de desvendar aquilo que ainda não foi desvendado, e a partir daí, trazer apontamentos.

Assim, os parâmetros essenciais a orientar o desenvolvimento deste trabalho, as análises e considerações aqui apresentadas, pautaram-se numa revisão bibliográfica, sendo conveniente salientar que com estes elementos buscou-se a apreensão dos processos que constituem a realidade, cuja dinâmica não se presta ao enclausuramento de verdades, e sim subsídios para permanentes reestudos e reavaliações.

Num momento em que a sociedade capitalista adquire contornos específicos, com a aceleração das velocidades, seria um equívoco acenar com respostas e verdades acabadas, desconsiderando a rapidez das mudanças. O esforço, pois, consiste em apreender o processo no qual se dão estas mudanças, o qual fornece elementos que podem orientar as intervenções no sentido de contemplar as reais necessidades da população envolvida.

Partindo desta premissa, nossa abordagem procura desvendar e compreender a importância econômica e social que a agricultura familiar representa neste município.

A apropriação da terra no Brasil coloca-se como ponto de estrangulamento, à medida que envolve uma verdadeira ou velada batalha, onde confrontam-se, de um lado, uma classe ferrenhamente apegada à defesa do direito de propriedade, o que por extensão lhe garante a reprodução ampliada de capital, de outro, um exército de trabalhadores excluídos ou em vias de exclusão do emprego básico de sua força de trabalho. É neste modelo pautado na concentração fundiária e subutilização da terra que encontram-se a origem dos obstáculos à geração de empregos rurais, seja em moldes tipicamente capitalistas, nas relações salariais, seja na reprodução autônoma, através do controle dos meios de produção.

Com o aprofundamento das conquistas tecnológicas, alastram-se mundialmente o problema do desemprego estrutural, condicionado pela utilização crescente de métodos e instrumentos poupadores de mão-de-obra no circuito da produção industrial. Embora a exclusão social seja indissociável do modo capitalista de produção, a sua dimensão expande-se para o fenômeno de concentração e monopolização do capital, culminando num estreitamento sem precedentes de oportunidades e, por extensão, de expectativas, não só para os trabalhadores, mas para o conjunto da sociedade, já que este modelo em curso é, em essência, excludente e predatório.

Dentro desta conjuntura, no Brasil, a propriedade privada da terra expõe toda sua ambigüidade, assumindo um caráter prioritário de suporte à acumulação capitalista, em detrimento ao suporte da existência social, sendo sua utilização estritamente condicionada a conveniências que limitam a perspectiva do direito à reprodução digna através do trabalho, que em outras circunstâncias poderia encontrar terreno fértil no Brasil, dado os baixos custos de criação de empregos que as atividades primárias encerram e a extensão territorial do país. Trata-se assim de amarras, extensivas não somente ao campo, mas a sociedade brasileira como um todo, e que as cidades brasileiras expõem tão claramente, no volume dos excluídos que possuem raízes rurais.

Neste contexto, o campo deixa de representar somente a produção de matérias-primas a serem transformadas pela indústria e dar suporte à urbanização.

Ele passa também a expor a dimensão das contradições do modo capitalista de produção, partindo da concentração do mais elementar meio de produção que é a terra, a qual encontra-se desviada, em grande medida, do papel precípua da produção, para situar-se na esfera da especulação.

Esta inversão acaba interferindo no mercado de trabalho, ocasionando uma oferta de mão-de-obra incompatível com a demanda, gerando um desequilíbrio que reflete-se não só no baixo poder aquisitivo da maior parte da população, mas também nas próprias bases de sustentação social, dados os mecanismos que esta exclusão engendra.

Temos também como desdobramento desta estrutura, o controle do aparelho institucional por um segmento de classe que interfere na manipulação dos recursos públicos destinados ao fomento da atividade produtiva no campo, que basicamente têm privilegiado a agroindústria e as culturas voltadas ao mercado externo.

Esta desigual distribuição de terras e de recursos, aliada a apropriação da renda, passível de ser vislumbrada na atuação do capital comercial, industrial e financeiro, respectivamente através do controle sobre a comercialização das colheitas, fornecimento de maquinários e insumos, bem como de crédito, vem, de forma significativa, criando dificuldades para uma parcela de trabalhadores que efetivamente desejam trabalhar e produzir na terra, sem sujeitar-se à venda da força de trabalho, ou seja, preservando sua condição autônoma.

Por entendermos estar limitado o nosso universo de atuação ao nível do desvendamento deste processo que celebra desigualdades, que traz em seu bojo uma cadeia de monopólios, tendo como base de sustentação a terra, pautamo-nos no resgate dos processos históricos que a constituiu, inclusive buscando romper com idéia dos trabalhadores do campo que conseguem manter-se incluídos neste sistema, enquanto produtores autônomos, sob diferentes estratos de vinculação ao mercado, não sem atrelar sua existência a conceitos que extrapolam a contemporaneidade, por sua ligação a processos muito mais amplos e complexos.

Conforme já mencionamos, a realização desta tarefa pautou-se na apropriação de um arcabouço teórico já construído. A apreensão destas múltiplas determinações, disseminadas na paisagem rural de Presidente Prudente,

reclamou, desse modo, a vinculação a todo um processo histórico de constituição da propriedade fundiária no Brasil, os quais serão abordadas no primeiro capítulo, que optamos por resgatar, a fim de estabelecer o fio condutor deste trabalho, que parte do geral, Brasil, e a partir daí um afunilamento, a recuperação das variantes deste processo em Presidente Prudente.

Dessa maneira, no segundo capítulo, foi dado ênfase as políticas agrícolas, para manter os produtores rurais no campo.

E formas de intermediações através de associações, cooperativas que auxiliam o produtor rural.

No terceiro capítulo, trata-se de um contexto histórico do município de Presidente Prudente, sua estrutura fundiária marcada pela concentração de terras. A obtenção de crédito e condições para viabilizar a produção rural através da integração entre os órgãos local, Secretaria da Agricultura, Associações e Cooperativas.

E finalmente, após esses apontamentos algumas notas conclusivas sobre o trabalho realizado.

# 1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

As relações engendradas pelos diferentes modos de produção consubstanciam-se em diferentes formas de apropriação do espaço, sendo que o mesmo vai incorporando incessantemente as múltiplas faces que o determinam.

Dessa maneira, a estrutura fundiária, traz em seu âmago uma teia de relações sociais e econômicas.

Apesar de não estarem desvinculadas em um contexto mais amplo, o capitalista resulta em mecanismo particular de apropriação da terra, razão pela qual encontram-se nas reflexões aqui apresentadas.

É sob o capitalismo que tem início o processo de ocupação econômica. Contudo, este corte não pode ignorar as ocupações anteriores, vinculados a este modo de produção, ou seja, os indígenas.

Estima-se que em 1500, quando aqui aportaram pela primeira vez os europeus, havia cinco milhões de indígenas, pertencentes a nações, línguas, e culturas extremamente diversificadas.

O advento do modo de produção capitalista nestes territórios se deu de forma abrupta, resultando num processo de destruição sem precedentes. Segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ainda restam por volta de 206 grupos indígenas, totalizando aproximadamente 270 mil pessoas, as quais vêm travando uma luta pela preservação de sua cultura e seus territórios.

É, pois na utilização capitalista da terra que está assentada a lógica da estrutura fundiária, sobre o qual nos debruçamos.

A posse do território, a disputa e a corrida colonial perpetrada pelas potências européias o governo português adotou a cultura canavieira, que além de adaptar-se plenamente às condições físicas e climáticas existentes no Brasil, apresentava um mercado em plena expansão.

Não obstante a atividade mercantil relacionada ao pau-brasil, e logo em seguida, ao açúcar, o início da colonização representou também, literalmente, a

mercantilização humana. Os primeiros homens a ser comercializados, sob as condições de escravos, foram os indígenas e, posteriormente, os nativos africanos. O paradoxo de o indígena ter sido muitas vezes o instrumento de sua própria destruição, quando foram utilizadas rivalidades entre as nações e os próprios conhecimentos destes para a caçada e efetivação da escravidão, explica-se pela forma em que foram inseridos na sociedade mercantil, ou seja, como mercadoria de valor comercial.

Os próprios contornos da sociedade capitalista fizeram com que estes fossem posteriormente descartados para a escravidão. A história oficial, na qual consta o insucesso da escravidão indígena devido ao caráter indolente destes povos, oculta a real dimensão dos interesses econômicos envolvidos: o comércio de escravos tornou-se uma das atividades de maior expressão econômica da época, o fundamento da escravidão era o tráfico, de forma que a renda se realiza na venda do escravo, antes mesmo que ele viesse a produzir mercadorias.

Contudo, o fato de haver um comércio local de escravos implicava numa inconveniente acumulação interna de capital. A substituição do índio pelo negro, especialmente na zona açucareira, via de regra, o trabalho indígena foi utilizado à exaustão na extração do pau-brasil, até que as reservas da madeira se esgotaram.

É, pois, sobre uma economia mercantilista mundializada que se acha a inserção do território brasileiro. A implementação de uma atividade econômica que assegurasse a posse territorial do Brasil, bem como as bases gerais desta atividade, emanaram de necessidades estranhas aos interesses de um desenvolvimento econômico e efetivo povoamento da colônia.

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus. (Prado, p. 48).

Foi sobre esta base que estruturou-se a organização administrativa e a partilha inicial do território. O mecanismo utilizado foi à divisão em quinze

capitanias hereditárias, doadas pela Coroa a nobres portugueses, estas capitanias foram divididas com base no critério de latitude, o que resultou em enormes diferenças quanto à área, pois naquele momento era quase completo o desconhecimento a respeito dos contornos territoriais.

Pela vastidão dos domínios e mesmo autonomia, decorrente da própria distância com Portugal, surgiu a preocupação de que o território brasileiro viesse a tornar-se independente. O governo português nomeou Tomé de Souza como Governador Geral, em 1549<sup>1</sup>.

Entretanto, para que se tornasse viável uma atividade agrícola exportadora, era necessário à criação de mecanismos de partilha efetiva da terra, o que foi consumado como instituição do regime de sesmarias, que perdurou até a proclamação da independência, sendo formalmente extinto pela constituição de 1824. Neste período, o acesso a terra se fez sob a forma de concessão do rei de Portugal, cujos critérios definidos para a concessão de sesmarias revelam não apenas a orientação mercantilista para a colônia, evidenciada no próprio fundamento da ocupação, a produção agro-exportadora, mas também na segregação social, como veremos adiante.

Os títulos de sesmaria estavam condicionados à efetiva exploração econômica das terras, caso o agraciado não a realizasse, o título poderia ser cancelado, retornando as mesmas ao rei, que poderia destiná-las a outros interessados. É deste mecanismo que surge a concepção de “terra livre”<sup>2</sup> presente no imaginário coletivo dos posseiros, para quem o conceito de terra de trabalho sobrepõe-se ao conceito de propriedade privada.

Porém, este conceito foi apenas absorvido, e somente excepcionalmente estendido a esta categoria, uma vez que havia um critério sócio-racial para definir os beneficiários dos títulos: a cor branca. Ou seja, estavam excluídos das concessões de sesmarias os indígenas, mestiços e negros, em suma a população despossuída. O objetivo das doações era o desenvolvimento de culturas exportáveis, tanto que a concessão das terras também estava vinculada à posse de escravos, variando a área de acordo com o potencial produtivo do requisitante, o que incluía a mão-de-obra disponível.

---

<sup>1</sup> Souza, 1988 p. 23.

<sup>2</sup> Martins, 1993 p.67-68.



O impedimento de partilha, associado à exclusão da população de “sangue puro”, revelaram-se mecanismos eficazes de controle da terra e por extensão, dos trabalhadores, de modo a impedir a concorrência da pequena propriedade livre, pois o trabalho escravo impunha um ônus sobre a produção, através da necessidade de dispender capitais para a compra de escravos. A terra livre, por conseguinte, se concretiza a apenas uma parcela reduzida desta população de excluídos do regime que deslocava-se para áreas distantes e estabelecia as suas posses. Todavia, o título de sesmaria precedia o direito de posse, independentemente do tempo de efetivação da primeira, assim os posseiros freqüentemente eram expulsos da sua terra de trabalho.

Alguns sesmeiros acabavam integrando as posses às suas terras, resultando não na expulsão desses, mas na transformação de trabalhadores livres à condição de agregados, trata-se, portanto do vigoramento de um estatuto que sacraliza as diferenças entre sesmeiro e posseiro, no que tange a questão dos direitos.

A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês - desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos. Com isso, os direitos dos camponeses só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada, e não como questão pública. (Martins, 1981 p. 35).

O caráter migrante do posseiro, como se vê, resulta deste estatuto, e é uma construção histórica de quase quinhentos anos. Histórica também é a sua resistência, ao recriar o seu similar modo de vida, regido por algumas regras definitivamente não capitalistas, que vão desde a instalação de novas posses, e muitas vezes o único espaço de libertação da opressão imposta por normas capitalistas e seus agentes e, mais recentemente, na ocupação e conquista das terras ociosas e improdutivas. Trata-se de uma autêntica saga de conquista e permanência na terra de trabalho.

Os posseiros são apenas uma das faces resultantes dos mecanismos de exclusão no período imperial, estes foram muito mais abrangentes, extensivos em

diferentes medidas aos que não puderam livrar-se do jugo consolidado no cerceamento da terra, quais sejam, os escravos, agregados e moradores.

A atividade econômica principal deste período foi à cultura canavieira, desenvolvida em especial no nordeste, em unidades econômicas denominadas engenho.

Os engenhos eram praticamente auto-suficientes, no tocante à produção interna de alimentos, sendo sua constituição espacial um indicativo dos papéis distintos reservados a cada um dos segmentos que o compunham.

Eram compostas pelas áreas canavieiras, áreas de culturas de subsistência, casa grande, senzala e casa de engenho. A casa de engenho continha toda a maquinaria e infra-estrutura necessária à produção do açúcar, sendo que todas as atividades ligadas à produção do açúcar eram exclusivas dos escravos, exceto aquelas que exigiam certos conhecimentos técnicos ou diferenciavam-se por estar relacionadas à fiscalização dos mesmos, sendo destinadas a trabalhadores livres.

As atividades de subsistência, em geral, eram desenvolvidas nas áreas dos engenhos, por trabalhadores, moradores, submissos ao senhor de engenho, cuja permissão em lavrar a terra era feita mediante o pagamento em renda trabalho e renda produto. Os agregados em geral, diferenciavam dos moradores por também exercerem atividades de segurança privada dos engenhos.

Em resumo, a atividade açucareira, que deteve a supremacia das exportações até 1830 caracterizou-se por uma sociedade eminentemente rural, assentada na segregação social, consubstanciada na escravidão e no controle sobre as terras, de forma a impedir o livre acesso à população e, deste modo, inviabilizar o surgimento da concorrência do produtor livre.

Porém, os mercados se fizeram sentir com a concorrência representada pelo açúcar produzido nas Antilhas, além das próprias dificuldades internas como a queda de produtividade, que condicionaram sua decadência, vindo em substituição o café.

O café foi introduzido no Brasil em 1720, dada as condições ideais de solo e clima e expandiu-se rapidamente, a ponto de tornar-se o principal produto

comercial em 1830, as possibilidades de mercado e os preços alcançados com o produto contribuíram com está extraordinária progressão.

Os Estados Unidos, maior consumidor mundial de café, apresentava um mercado em expansão, para o qual colaborava, segundo Valverde (1985), um fator subjetivo relacionado às suas condições históricas e passado colonial, pois libertava-se não só da dominação política da Inglaterra, mas também cultural.

Os fatores que deram sustentação à expansão cafeeira são os mesmos que sustentavam e, ainda sustentam, as grandes propriedades agro-exportadoras do Brasil: terra monopolizada e mão-de-obra barata.

A concentração fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agro-mercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita. (Prado, 1981 p.43).

A lógica máxima de apropriação imediata de lucros, visível no descuido com as técnicas de cultivo, levou a um esgotamento sem precedentes do solo, que condicionou um intenso processo erosivo.

Tangida pelo esgotamento dos solos e conseqüente diminuição da produtividade, prosseguiu a “marcha do café”. Em sua expansão rumo ao planalto ocidental paulista, iniciada em 1840, esta atividade foi adquirindo contornos distintos, o café desenvolveu-se em uma sociedade escravocrata e eminentemente rural, assentada em relações permeadas por vínculos pessoais de dominação. Ao mesmo tempo em que processava a migração da cultura para novas terras, ruíam as bases da escravidão, especialmente em virtude da sobreposição de interesses externos, sobretudo ingleses.

O desenvolvimento industrial da Inglaterra vinha processando-se de forma a representar um contraponto às relações escravistas de trabalho, oriundo da necessidade de ampliação de mercados consumidores. Deste modo, as pressões no sentido de eliminar a escravidão não tinham um fim humanitário, embora o parecesse, mas sim econômico, pois somente trabalhadores remunerados seriam consumidores em potencial.

As pressões intensificaram-se, sendo assinado em 1822 um acordo de cessação do tráfico para o Brasil, a vigorar a partir de 1830. A supressão do mesmo refletiu-se imediatamente na escassez de mão-de-obra para lavoura cafeeira.

Entretanto, coincidiu com a decadência da cultura canavieira do Nordeste, que gerou um excedente de trabalhadores. Contudo, este comércio interno foi insuficiente para suprir a demanda de mão-de-obra, encarecendo sobremaneira o dos escravos, o que acabou representando o golpe final na atividade cafeeira.

Em virtude da grave crise econômica que a Europa atravessava, a imigração para o Brasil surgiu como dupla solução: ao mesmo tempo em que representava um alívio às tensões sociais lá existentes.

Porém, uma mudança das relações de trabalho desta envergadura exigia modificações jurídicas quanto à questão do acesso a terra, até então possível através do estabelecimento de posses, que já vinha colocando-se como ponto de estrangulamento nas relações consagradas, com a proliferação verificada especialmente a partir da extinção do regime de sesmarias e início da decadência da escravidão, levando à conquista da autonomia do trabalho.

É neste contexto que foi elaborada a Lei 601 de 1850, denominada Lei de Terras, que extinguiu o regime de posses e instituiu o regime de propriedade privada da terra no Brasil.

A abundância de terras é assim condicional, em virtude de seu atrelamento aos mecanismos excludentes de apropriação. Se o regime anterior de concessão de sesmarias descartava a população através do critério de sangue, o emergente o fazia através do alto valor atribuído, superando inclusive o de mercado, na época. A Lei de Terras constituiu-se, deste modo, no instrumento concreto de indução à venda da força de trabalho, seja pelos imigrantes, seja pela população brasileira.

As políticas públicas se mostram desde o início, agentes do provimento de mão-de-obra estrangeira. O Estado atuou, no regime de parceria, como financiador dos fazendeiros, que pagavam os custos de viagem e adiantavam fundos para que os trabalhadores se mantivessem até colher seus próprios

alimentos. O colonato representou no Brasil, as bases de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

No entanto segundo Martins (1979), esta foi uma relação de trabalho peculiar, que não pode ser considerada camponesa, e tampouco capitalista. Na venda da força de trabalho propriamente dita, à qual correspondia uma determinada quantia monetária, revela-se uma relação salarial, que, no entanto não era a única forma de rendimento dos trabalhadores. Eles também desenvolviam atividades de subsistência, com comercialização de excedentes e, constituíam-se, não em trabalhadores individuais, como o são os proletários, e sim, em trabalhadores familiares.

No colonato, as bases dos contratos eram basicamente as seguintes:

- O pagamento monetário, estabelecido por contrato pelo cuidado dos pés de café durante o ciclo anual, numa divisão denominada talhão, destinada a cada família de acordo com a sua capacidade de trabalho. O estabelecimento do talhão exigia muita cautela por parte do trabalhador, pois caso a força de trabalho da família fosse insuficiente para cumprir as cláusulas contratuais, eram contratados diaristas para a execução das tarefas, cabendo ao colono as despesas das contratações.
- O pagamento recebido por estas atividades constituía-se na maior parte do rendimento monetário da família a segunda fonte monetária provinha da colheita e a terceira fonte monetária tinham pouca importância no cômputo dos salários, pois provinha dos trabalhos ocasionais na fazenda.

Parte considerável da renda familiar dos colonos não era decorrente de ganhos monetários, e sim proveniente das atividades de subsistência. Ao direito à utilização da terra para atividades desta natureza o colono atribuía uma importância até mesmo superior à questão salarial, pois além de comercializar os excedentes e com isso adquirir as mercadorias que não produzia, como roupas, e sal, tinha fartura de alimentos. Em contrapartida, esta concessão representava a diminuição dos custos com reprodução de mão-de-obra, permitindo aos fazendeiros o rebaixamento geral dos salários.

A rotatividade dos trabalhadores, em constante busca de contratos mais atraentes, criava uma certa instabilidade entre os fazendeiros quanto à

disponibilidade de mão-de-obra para a colheita seguinte, bem como estimulava conquistas para os trabalhadores, em decorrência da competição existente entre os proprietários no intuito de atraí-los.

A classe patronal se deu conta da necessidade de promover a pequena propriedade próxima aos cafezais, para garantir uma mão-de-obra mais regular para a cultura de café. Uma forma segura de vincular o trabalhador a terra, e impedir a rotatividade constante, principalmente nas zonas de velhos cafezais, onde era mais difícil atrair mão-de-obra.

O Estado entrou como agente incentivador e executor desta política, comprando parcelas de terras aos fazendeiros e promovendo o financiamento, a fim de que os pequenos lotes pudessem ser adquiridos pelos trabalhadores.

Todavia, os maiores beneficiários desta política foram os proprietários e as empresas de colonização, que proliferaram neste período.

Ainda assim, as pressões se fizeram crescentes, no sentido de aumentar cada vez mais o número de trabalhadores desembarcados no Brasil. Estas pressões não traduziam, muitas vezes, o problema de carência de mão-de-obra, e sim, a conveniência em aumentar o excedente de trabalhadores, e deste modo, achatar ainda mais os salários.

No entanto, esta política de formação de reserva de mão-de-obra repercutiu-se negativamente proibindo em 1902, a entrada dos imigrantes italianos devido às péssimas condições de vida e de trabalho.

A grande crise de 1929 foi o golpe final no regime de colonato, gradualmente esta categoria de trabalhadores foi sendo substituída por diaristas, mensalistas, arrendatários e parceiros.

Segundo Valverde (1958), até mesmo o conceito de zona rural adquiriu novos contornos, passando a representar o lugar de lazer, e não mais de morada do fazendeiro. Todavia, nem só de fazendeiros e colonos foi constituída a cafeicultura paulista. Os colonos foram apenas um elo constitutivo das relações de trabalho diretamente relacionadas à atividade, sendo utilizadas especialmente no decorrer da fase produtiva dos cafeeiros.

Aos brasileiros no ciclo cafeeiro explicita o motivo da sua exclusão até mesmo do acesso às pequenas propriedades: os colonos recebiam salários e, por mais baixos que fossem, poderiam permitir uma capitalização ao longo dos anos. No entanto aos brasileiros reservaram-se as atividades não lucrativas, e eles as realizavam mediante o direito de utilização de parte da terra para atividades de subsistência.

O ciclo cafeeiro foi responsável pela maior acumulação interna de capital desde o Brasil colônia, implicando, em grande medida, no alavancamento da industrialização. O fator determinante nesta acumulação foi:

- A formação “gratuita” do capital cafezal, possível a partir do monopólio fundiário e situação de exclusão da população brasileira, forçada a entregar a renda trabalho em troca da concessão da terra para produção de seus alimentos básicos;
- A reprodução deste capital mediante contratos trabalhistas orquestrados de forma a permitir aos proprietários a obtenção máxima de vantagens, diante da instabilidade do mercado internacional. Este mercado ditou as regras do colonato, que variou entre a proibição ou concessão mínima às atividades de subsistência nos períodos de bons preços do café e expansão considerável destas atividades nos períodos de crise.

Em suma, o ciclo do café foi permeado por momentos de bonança, extensivos à classe patronal, e momentos de crise, que direta ou indiretamente atingiram a todos.

Estas mesmas crises contribuíram para a fragmentação da grande propriedade, pois muitas fazendas foram totais ou parcialmente retalhadas e vendidas, a fim de que os proprietários pudessem saldar dívidas.

Todavia, a crise de 1929 foi o golpe final no ciclo cafeeiro tal qual estava estruturado. A década de 30 se constituiu num marco da economia do País, em virtude da intensificação do processo de industrialização. A acumulação de capitais ocorrido no ciclo de café foi grande suporte desta industrialização, que resultou na redefinição dos blocos de poder e na perceptível ascensão de uma classe burguesa.

Com esta ascensão, a oligarquia agrária passa a ocupar uma posição de política de bastidores, perdendo o status de bloco monolítico de sustentação do poder. O vazio provocado pela decadência da cafeicultura não tardou a ser ocupado pela pecuária, que apesar de suas especificidades, as quais serão abordadas posteriormente, enquadrou-se perfeitamente no modelo agrário historicamente construído.

A pecuária apresentou-se como uma atividade de baixíssima utilização de mão-de-obra e aplicação de capitais igualmente pequena, e passou a expandir-se sobre as terras anteriormente ocupadas com culturas, bem como sobre as terras virgens. Estas relações caracterizam especialmente a expansão da pecuária nas zonas outrora ocupadas pelo café, marcada pelo desemprego em massa. O direito ao plantio de subsistência, mediado pelo pagamento de renda, seja em trabalho nos engenhos, seja em produtos, proporcional às colheitas, expandiu-se pela zona açucareira do Nordeste.

A pressão dos trabalhadores pela permanência nas terras, pela continuidade de suas atividades de subsistência e pelo abrandamento da exploração perpetrada pelos proprietários foi crescendo qualitativamente, a ponto de questionar a legitimidade da propriedade privada. Este questionamento já encontrará, igualmente, manifestações em diversos pontos do Brasil, trazendo entre a década de 50 e a década de 60, a Reforma Agrária para a pauta do dia, provocando uma turbulência política nos sedimentados segmentos oligarcas.

A resposta ao anseio popular pela democratização da terra veio em 31 de março de 1964, com o golpe militar, cujas às diretrizes afetavam a questão agrária brasileira. O Estatuto da Terra, instrumento de reordenação fundiária gerada no âmago do autoritarismo, mostrou-se eficiente para o fim implícito: o esvaziamento político da luta pela terra.

A proposta inicial de projetos de colonização nas zonas “desocupadas”, para resolver o problema do acesso a terra, ficou tão somente no papel. Dois anos após a sua edição, lançou-se a política de incentivo fiscal, na mesma área prevista para assentamento de trabalhadores: a Amazônia.

Ao mesmo tempo em que o governo militar assinava para os capitalistas uma considerável compensação material para desenvolver projetos agropecuários



na Amazônia, restringia a aplicação do Estatuto da Terra ao mais elementar meio de reordenação, ou seja, a desapropriação de terras em áreas onde o conflito pudesse por em risco as próprias bases do regime.

O Estatuto faz, por tanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. (Martins, 1981 p.96).

Os incentivos fiscais fizeram da Amazônia o espaço dos capitalistas, que lá se instalaram, muitos dos quais através de fraudulentas apropriações de terras.

É necessário salientar que a terra foi muito mais um fim para se chegar aos meios, e não o inverso. Ou seja, a terra era a condição para a apropriação das vantagens fiscais. Desse modo no intuito de obtê-las, os capitalistas apresentaram projetos agropecuários, muitos dos quais não chegaram a sair do papel, mas não impediram a apropriação dos incentivos, já que estes programas não contaram com fiscalizações criteriosas.

Um novo ingrediente contribuiu no sentido de expulsar essa população rural: as leis trabalhistas, e mais precisamente o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em dois de março de 1963, o qual estendia ao trabalhador rural a proteção legal vigente nos centros urbanos.

Desse modo o que a principio significava uma conquista, traduziu-se também em perdas, pois no intuito de driblar a legislação, os proprietários fizeram uso da contratação temporária de mão-de-obra, que resultou na formação de uma nova categoria: o bóia fria, trabalhador legalmente desamparado, ocupante das periferias das cidades, sujeitas a uma condição de vida ainda mais degradante, expostos a baixos valores de diárias e ofertas instáveis de trabalho.

Foram estas variáveis a interferir no mercado de trabalho rural, ao mesmo tempo em que se consolidava uma política de centralização da economia e supressão dos anseios populares através de repressão. Sob a ditadura, foi selada aliança entre terra e capital. Mais do que nunca, a terra sacralizou-se como instrumento de operações mercantis.

A sua propriedade, nas mãos da oligarquia tradicional, somada a entrada recente das empresas capitalista, infundiu-lhe o pleno papel de mercadoria especulável, que sobrepõe-se, em importância, à exploração econômica.

No mais, a terra tem sido mantida como reserva de valor, à espera de condições mais favoráveis. A realidade concreta choca-se com a contradição destas leis, que prosseguem aparando este modelo de desenvolvimento, pautado na concentração de terras e renda. Em consequência destas políticas, cresce o número de excluídos no Brasil, muitos dos quais em confronto direto com a terra da propriedade improdutiva.

Esta é a realidade desenhada por um modo de produção que, em essência, é excludente e que no Brasil apresenta o agravante da exacerbada concentração fundiária, que se sustenta no preceito do direito de propriedade, o qual empurra ao um plano secundário o cumprimento da função social da terra.

É este modelo de desenvolvimento que edifica as cercas com as quais o campesinato historicamente vem se defrontando. No entanto, elas são suficientemente flexíveis a ponto de abrir passagens e possibilitar a reprodução do trabalho familiar no Brasil, que mesmo diante de conjunturas adversas, tem sido responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos internamente. Portanto, nos debruçaremos para definir num contexto geral a agricultura familiar e suas especificidades.

## **1.1 Definição de Agricultura Familiar**

Apesar de ser pequena, a agricultura familiar pode perfeitamente compor uma cadeia de produção, pois, trata-se de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência freqüente de analisar a agricultura familiar, associando-a equivocadamente, à “pequena produção”. O universo agrário é extremamente complexo em função da grande diversidade (ambiente, variáveis econômicas etc...) seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais tem interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, portanto, respondem de

maneira diferenciada ao contexto agrário, permitindo assim um encadeamento de produtos.

A agricultura familiar deve levar em consideração outros aspectos como a capacidade de gerar emprego, renda, produção de alimentos para o consumo interno e externo, a redução do êxodo rural e dos conflitos sociais.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção, pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), considera como agricultores familiares todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais<sup>3</sup> e que não contratem mão-de-obra permanente. Já o Ministério da Agricultura, para efeito do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado pelo governo Federal em 1996 visando a implantação de infra-estrutura serviços públicos na área rural e condições para o aumento da capacidade produtiva, considera como familiares todos agricultores que contratem até dois empregados permanente e detém área de cultivo inferior a quatro módulos fiscais. Assim essas denominações apresentam uma certa divergência embora a área não tenha muita importância quando comparada com a mão-de-obra (contratada ou familiar). Não é fácil a escolha de um critério que permita traçar uma linha divisória entre os conjuntos patronal e familiar.

A experiência empírica indica a existência de empresas agrícolas de caráter indiscutivelmente familiar que contam com o trabalho assalariado/complementar inclusive permanente, bem como a existência de empresas agrícola de caráter completamente patronal, mas que podem ser

---

<sup>3</sup> Módulo Fiscal: unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município.

equivocadamente classificados como familiares quando seus assalariados estão encobertos por contratos de empreita<sup>4</sup>.

Para evitar resultados ambíguos, optou-se por critérios que superestimam o conjunto patronal, mas que não pecam por tornar unidades patronais como se fossem familiares, aqueles que preenchem as seguintes condições:

- a) Direção dos trabalhos era exercida pelo produtor;
- b) Não foram realizadas despesas com serviço de empreitada;
- c) Sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporário menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporário menor ou igual a três;
- d) Com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões.

Segundo a (FAO), a área também serviu como base para comparar o desempenho das duas principais formas de produção agrícola existentes no país, a patronal (compreendida entre 500 a 10.000ha) e a familiar (entre 20 e 100ha).

Apesar da importância que se reveste como fonte geradora de alimentos, emprego e renda, a sociedade brasileira só começou a perceber a necessidade de definir estratégias de desenvolvimento rural que priorize a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar, que segundo pesquisa “Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico” publicado em agosto de 1996, por um convênio entre a FAO e o INCRA, apresentam características diferenciadas em relação à agricultura patronal.

---

<sup>4</sup> Empreita: através da reprodução das planilhas de consumo de materiais e serviços é possível, mesmo nos casos em que a obra já se encontra acabada, a checagem do cronograma e orçamento proposto no momento da contratação da empreita. Dessa forma é possível ao investidor à fiscalização rigorosa de contrato de empreita, bem como, dos meios utilizados pela contratada minimizando, assim eventuais desperdícios de materiais e mão-de-obra.

**Quadro 1- Características das agriculturas patronal e familiar**

<b>MODELO PATRONAL</b>	<b>MODELO FAMILIAR</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas á eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente á redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões, condicionadas pelas especialidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Pesquisa FAO/INCRA 1996.

A tipificação socioeconômica não é completa senão se podem associar os vários tipos de sistemas de produção adotados pelos produtores nos contextos específicos de restrições e disponibilidade de recursos naturais, financeiros tecnológicos, institucionais e humanos com os quais se defrontam nas várias regiões do país. Por si só, a identificação, análise e descrição dos principais sistemas são extremamente relevantes para a formulação de políticas públicas, e descentralização de assistência técnica e extensão rural, pesquisa tecnológica, desenvolvimento institucional etc.

Do ponto de vista puramente conceitual sustentam-se às hipóteses de que não apenas os produtores adotam os sistemas mais adequados ás restrições concretas por eles enfrentadas, o que não significa que todos os sistemas sejam racionais e sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, como também os sistemas estão fortemente associados ao desenvolvimento e á situações socioeconômica dos produtores. Desta maneira, a identificação dos principais sistemas e a associação com os tipos de agricultores familiares permite não apenas identificar a rationale<sup>5</sup> e os principais pontos de estrangulamentos enfrentados pelos agricultores como também projetar, com razoável margem de

<sup>5</sup> Rationale: algo razoável, que seja justo, que seja adequado ou apropriado, sensato, racional.

segurança, sua trajetória futura. Trata-se, portanto, de conhecimento essencial para o planejamento de intervenções fundiárias e de desenvolvimento agrário.

A tipificação é um processo complexo não só porque pode envolver um número muito elevado de variáveis como também resultar em uma infinidade de sistemas particulares de pouca utilidade para a formulação de políticas públicas. Ademais a forma de coleta do Censo, que trata as informações de cada produto do estabelecimento de maneira isolada, não permite a identificação precisa dos sistemas de produção, conforme prevê “Metodologia de Diagnóstico de Sistemas Agrários”<sup>6</sup>. Dessa forma, elaborou-se uma metodologia simplificada que, contornando as limitações impostas pelas informações disponíveis, possibilita identificar, de modo aproximado, os principais sistemas produtivos existentes em cada unidade geográfica, sendo o município o menor nível de agregação considerado.

### **1.1.1 Categorias de Agricultura Familiar**

- 1-** Agricultura familiar Consolidada: Produtores tem acesso às inovações tecnológicas e as políticas públicas;
- 2-** Agricultura Familiar em Transição: Acesso parcial às inovações, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais;
- 3-** Agricultura Familiar Periférica: Integração produtiva á economia nacional depende de programas de Reforma Agrária, assistência técnica e extensão rural.

A agricultura familiar ocupa 25% da área cultivada no Brasil, superando as propriedades patronais, que ocupam 75% da área, em algumas regiões, no que se refere à oferta agropecuária de importantes produtos como: carne suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo cacau, banana, café, milho, feijão, tomate, mandioca e laranja. A patronal só supera a familiar no abastecimento de carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja (FAO/INCRA 2001);

---

<sup>6</sup> Ver, a esse respeito, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Guia Metodológico: Diagnóstico de Sistemas Agrários, Brasília, 1999.

**Tabela 1-** Participação dos estabelecimentos familiares na produção (%)

REGIÕES	ARROZ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	BOVINOS	LEITE	OVOS
Norte	46,1	83,2	60,7	4,2	16,6	23,7	57
Nordeste	64,5	70,5	62,7	5	31	33,2	51
Sudeste	23,7	34,9	23,3	14,5	16,9	18,6	18,7
Sul	14,4	69,9	60,5	41,2	33,5	65,4	51,9
Centro-Oeste	17	32,5	14,5	5,6	4,8	11,4	23,7
<b>TOTAL</b>	<b>165,7</b>	<b>291</b>	<b>221,7</b>	<b>70,5</b>	<b>102,8</b>	<b>152,3</b>	<b>202,3</b>

Fonte: Pesquisa FAO/INCRA e Censo Agropecuário 1985.

Em estudo realizado pela FAO/INCRA (1996) foi constatada a importância da agricultura familiar, do ponto de vista estratégico, para manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para garantias de alimentos e para o desenvolvimento sustentável.

Em 1995, dos 4,13 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 85% podem ser classificados como pequenas propriedades, ocupando apenas 30% da área total do país.

Estes correspondem com 38% do valor da produção no Brasil e mantêm aproximadamente 13,8 milhões de pessoas ocupadas, equivalentes a mais de 75% da mão-de-obra agropecuária. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- FIBGE, 2001). Não obstante sua importância, a agricultura familiar passa por vários problemas, como a falta de assistência técnica adequada, a falta de uma política agrícola mais eficiente e principalmente a insuficiência de recursos financeiros. O PRONAF está conformando um novo campo de coalizão de atores, públicos e privados, tendo por objetivo o tratamento ideal às necessidades da agricultura familiar, inclusive à capacitação dos agricultores. Nesse sentido, o programa pode aumentar a rentabilidade dos produtores do município e região e ocupar, de forma racional, a mão-de-obra familiar disponível.

Do ponto de vista do público alvo, o PRONAF atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios:-

- Possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- Utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar;

- Residir no imóvel ou aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00 (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001).

Todavia é importante salientar que o desenvolvimento socioeconômico depende de linhas de financiamentos apresentadas a seguir.

## 1.2 Grupos para Enquadramento de Crédito no Pronaf

**Pronaf Grupo A-** É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinados à estruturação de suas unidades produtivas.

Teto→ até 13 mil (individual);

Encargos→ 1,15% a.a, com rebate de 45% no principal;

Prazos→ 10 anos (carência até 3 anos).

**Pronaf grupo B-** É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar bruta de até 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda.

Teto→ de R\$500,00 à R\$ 2 mil;

Encargos→ 4% a .a, com rebate de R\$200,00 na última parcela;

Prazos→ Agrícola até 2 anos/ Pecuária até 1 ano.

**Pronaf grupo C-** Beneficia com crédito de custeio e investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$2 mil e inferior a R\$14 mil.

Teto→ Individual R\$2000,00 à R\$ 4mil, Coletivo R\$40 mil, Cooperativa R\$200 mil;

Encargos→ 4% a .a, bônus 25% sobre juros e R\$700 nas parcelas;

Prazos→ até 8 anos, com até 3 anos de carência.

**Pronaf grupo D-** Beneficia com crédito de custeio e de investimento ao agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil.

Teto→ até R\$ 5000,00;



Encargos→ 4% a. a;

Prazos→ Agrícola até 2 anos/ Pecuária até 1 ano.

È possível observar que o Governo prevê linhas de créditos não somente voltadas aos pequenos produtores rurais, mas também para os assentados. Entretanto é preciso reconhecer que o crédito ajuda, mas não é tudo, sem tecnologia o agricultor familiar não consegue manter-se competitivo.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a agricultura familiar revela uma diversidade grande de sistemas produtivos, de condições estruturais e disponibilidade de recursos que seria impossível pensar em desenvolver tecnologia para os agricultores familiares. No entanto é possível desenvolver estratégias de cultivo, variedades de culturas e criações (leite, frutas, verduras, legumes, e peixes) que podem proporcionar renda durante todos os meses do ano. Além desses esforços, deve-se observar a necessidade de os mesmos produtos diversificarem horizontal e verticalmente sua produção, para melhor agregação de valores. A diversificação horizontal implica em variedades de produtos, tanto agrícolas como pecuários, de forma que o mesmo não dependa de uma única fonte de renda, evitando-se assim, problemas de inadimplência dos financiamentos rurais. Por exemplo, na comercialização do leite, unidade de transformação de matéria-prima em grande escala (despolpadeiras de frutas, frigoríficos para o abate de pequenos animais, dentre outros).

Já na diversificação vertical, a variedade de produtos agrícolas visa a obtenção de lucro em várias épocas do ano com possibilidades de preços diferenciados, ainda no exemplo do leite pode-se aproveitar o produto por inteiro, ou seja, seus derivados, (queijo, iogurte, doce de leite, dentre outros). Entretanto, os que pensam em tecnologia apropriada se esquecem que vivemos em um mundo no qual o ritmo de transformações sociais, econômicas e tecnológicas é vertiginoso, e que a tecnologia de hoje será inútil amanhã, quando provavelmente começar a ser difundida entre os agricultores. A possibilidade de sobrevivência dos agricultores familiares depende do melhor aproveitamento das tecnologias que potencializam suas vantagens competitivas, quais sejam, uma maior eficiência na obtenção de produtos cujas etapas produtivas exigem atenção e cuidados especiais.

Nesse sentido, tecnologia apropriada para os agricultores familiares são aquelas que permitem a intensificação da geração de valor agregado em pequenas áreas, a redução da restrição colocada pela disponibilidade de mão-de-obra familiar e a exploração das vantagens organizacionais associadas á base familiar. Em grande medida essa tecnologia já existe, não requer maior esforço de pesquisa, e precisa apenas ser adaptada e disponibilizada.

Ao lado do esforço de adaptação é preciso reconhecer que a agricultura familiar não pode ficar de fora dos avanços que vem sendo desenvolvidos pelas redes de pesquisa, a informática e os novos processos de gestão e monitoramento da produção. Deve incluir também pesquisas e medidas de política que reduzam os custos.

**Tabela 2-** Pronaf Financiamento para Custeio e Investimento

<b>Regiões</b>	<b>Total de contratos</b>	<b>Valor em1000</b>	<b>R\$%sobre nºcontratos</b>	<b>% sobre o valor dos contratos</b>
Norte	1.688	3.476,55	0,93	0,82
Nordeste	42.658	141.428,69	23,51	33,72
Sudeste	5.914	34.505,03	3,25	8,22
Sul	126.045	222.148,10	69,52	52,97
Centro-Oeste	5.005	17.792,28	2,75	4,24
<b>BRASIL</b>	<b>181.310</b>	<b>419.350,65</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

*Fonte:* Banco Central, Banco do Brasil e BNDS Jan/ Jun 1998.

Considerando os dados apresentados, verifica-se que dos recursos destinados ao programa, o Sul e Sudeste, absorveram 61,19% do total aplicado, situação que aumenta as desigualdades regionais, aumentando a dependência das regiões pobres em relação ás regiões ricas do país.

É nesse aspecto que ocorre um dos primeiros entraves (recursos financeiros), o qual precisa ser trabalhado pelos órgãos competentes nos níveis federal, estadual e municipal. O capital social aqui então em construção, precisa ser construído por todos, sociedade e governo constituído.

A pesquisa de Mendonça (2003), realizada no período de julho de 2002 a junho de 2003, trata principalmente da renda com a comercialização do leite em pequenas propriedades, no município de Teodoro Sampaio/SP. No entanto, a

maioria dos produtores advém de áreas com pastagens degradadas e problemas infra-estruturais, mas que na prática, as pequenas propriedades são viáveis, pois, começam a surgir os primeiros reflexos positivos no município de Teodoro Sampaio/SP do Pontal do Paranapanema.

Nesse contexto, com as pequenas propriedades, surgidas a partir da reforma agrária têm se mostrado como alternativa política, pela inserção de diversas famílias até então à margem do sistema capitalista. Atualmente, explorar nos assentamentos as possibilidades de geração de renda têm sido um dos grandes objetivos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Um dado preocupante levantado em sua pesquisa é quando se analisa que existem 34,33% de pessoas entre 15 a 30 anos, idade onde uma pessoa é mais produtiva e está em busca de independência financeira, onde uma melhor política agrícola é necessária para se fixar definitivamente no campo, não vindo assim a ter uma nova dialética social, ou seja, retorno dessas pessoas à cidade onde ainda se tem por essas pessoas, a visão de que conseguiria um melhor emprego fora da zona rural, devido aos problemas atuais por que passam seus pais, e falta de oportunidade no meio rural. Assim o pequeno espaço de terra, se bem trabalhado e planejado, poderia evitar o êxodo rural entre os jovens.

## 2 POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Ao setor agrícola cabe, atualmente, uma importante função no desenvolvimento sócio-econômico do país face ao papel por ele desempenhado no abastecimento interno e na geração de divisas e a conseqüente criação de oportunidades para que sua força de trabalho alcance níveis de produtividade e de renda comparáveis aos obtidos pelos trabalhadores dos demais setores.

Nas últimas décadas, um acelerado processo de modernização e uma considerável expansão das fronteiras agrícolas fizeram com que a agropecuária brasileira experimentasse grandes transformações.

Esses fatos, entretanto, geraram conseqüências as mais diversas sobre os produtores rurais, tendo contribuído, até mesmo, para o aprofundamento das discrepâncias entre as suas diversas categorias.

A realidade sócio-econômica do país e sua atual conjuntura política lançam á agricultura e ao meio rural os seguintes propósitos:

- A valorização das populações rurais;
- O combate á pobreza e as desigualdades sociais no campo;
- O fortalecimento da agricultura empresarial;
- A disseminação do progresso técnico junto às atividades agropecuárias;
- A ampliação das oportunidades de ocupações produtivas no meio rural;
- A utilização racional dos recursos naturais visando á preservação do meio ambiente;
- O significativo crescimento da produção de alimentos com melhoria das condições de abastecimento e de nutrição;
- A criação de alternativas ás emigrações de agricultores;
- A viabilização técnica econômica das atividades produtivas dos assentados em projetos de colonização e reforma agrária.

Esse quadro exige um novo estilo de desenvolvimento rural e requer uma revisão profunda dos instrumentos destinados a execução das políticas agrícolas e agrárias. Esses instrumentos deverão contemplar o fortalecimento da agricultura empresarial, sobretudo privilegiando os pequenos produtores e a criação de novos e eficientes estabelecimentos agrícolas, viabilizando o progresso técnico, econômico e social das famílias dos que vivem e trabalham no campo.

A promoção do desenvolvimento rural de forma participativa requer responsabilidade da sociedade e do Estado, uma revisão dos objetivos e das funções das instituições públicas, implicará uma ação coordenada da União, dos Estados e dos Municípios.

Um eventual insucesso no esforço de se promover desenvolvimento da nossa agricultura terá reflexos extremamente negativos nas ações voltadas para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade brasileira.

Cabe ao Governo, para que tal fato não venha a ocorrer, um papel fundamental na promoção de ganhos tecnológicos, tanto no âmbito da produção agrícola quanto no da agroindústria e da comercialização.

Esse trabalho de adequação das tecnologias e de interiorização das políticas governamentais, que passa obrigatoriamente por uma atuação de caráter educativo e especializado, constitui a tarefa principal da assistência técnica e de extensão rural.

A assistência técnica e a extensão rural oferecem, portanto, uma importante contribuição ao desenvolvimento rural na medida em que se constituem em instrumentos imprescindíveis para:

- Analisar a problemática agropecuária;
- Acelerar o processo de difusão de inovação e de mudanças tecnológicas na agricultura;
- Divulgar informações sobre outros serviços prestados pelo Estado;
- Viabilizar melhores condições de vida para a família rural;
- Difundir o conhecimento de métodos e de processos de organização de produtores e de comunidades rurais.

É dever do Estado apoiar o desenvolvimento rural, especialmente se levar em consideração o fato de que os agricultores e os trabalhadores rurais brasileiros continuam carentes de um trabalho de assessoramento técnico e educativo prestado por profissionais especializados. Cabe, pois, ao poder público a tarefa inadiável de estimular e aperfeiçoar as atividades de assistência técnica e de extensão rural desenvolvidas no país, principalmente mediante o estabelecimento de uma política nacional de assistência rural direcionada, antes de tudo, para o desenvolvimento rural da nação.

Para a consecução de seus objetivos, as atividades de assistência técnica e de extensão rural desenvolvidas por órgãos governamentais observarão as seguintes diretrizes:

- As atividades de assistência técnica e de extensão rural devem estar integradas a uma política de desenvolvimento rural e voltadas principalmente para as famílias dos pequenos agricultores, dos assentados pelos trabalhos de colonização e pela reforma agrária e dos trabalhadores rurais.
- As atividades de assistência técnica e de extensão rural devem ter um caráter eminentemente educativo, para que as mudanças que venha a provocar sejam duradouras e contribuam para o progresso técnico, econômico e social do meio rural brasileiro.
- As atividades de assistência técnica e de extensão rural devem ser, cada vez mais, um esforço federativo do qual participem programática e financeiramente os municípios, os estados e a União.
- As três instâncias de poder devem institucionalizar recursos financeiros destinados à extensão rural. Suas respectivas leis orçamentárias devem prever dotações em volume suficiente para o eficaz e adequado atendimento às demandas do setor rural por essa atividade.
- Aos estados compete custear as atividades de assistência técnica e de extensão rural neles desenvolvidas e apoiar, assessorar e capacitar os técnicos agrícolas a seu serviço. Cabe a eles, ainda, assumir todas as ações que transcendam a atuação municipal.

É importante ressaltar que essas linhas de ação permitem à agricultura brasileira realizar, em termos econômicos e também sociais, seu enorme potencial de crescimento.

**Quadro 2- Potencial Agrícola Brasileiro**

1. Área total do Brasil	850.000.000 ha
2. Cerrados	200.000.000ha
3. Outras	650.000.000ha
4. Áreas ocupadas, Reservas e Florestas Naturais	700.000.000ha
Floresta Amazônica	350.000.000ha
Lavouras Perenes	9.000.000ha
Lavouras Temporárias (ciclo anual)	41.000.000ha
Pastagens Naturais e Plantadas	220.000.000ha
Reflorestamento	5.000.000ha
Centros Urbanos, Estradas, Lagos, Pântanos	20.000.000ha
Reservas Legais	55.000.000ha
5. Áreas Agricultáveis Ainda Não Utilizadas	150.000.000ha
Apropriadas para Grãos nos cerrados	90.000.000ha
Aptas para Outras Atividades Agrícolas	30.000.000ha
Reservas	30.000.000ha

Fonte: IBGE/BACEN 1997.

A área do território brasileiro corresponde aproximadamente a 851 milhões de hectares. Dessa área, 700 milhões são ocupados da seguinte forma: floresta amazônica (350 milhões); pastagens (220 milhões); reflorestamento (5 milhões); centros urbanos, estradas, lagos e pântanos (20 milhões); e reservas legais (55 milhões) e lavouras (50 milhões).

Os 151 milhões restantes estão na região dos cerrados, cuja área total atinge mais de 204 milhões de hectares (24% do território nacional). Da área total dos cerrados, 127 milhões de hectares são terras com potencial agrícola, dos quais apenas 47 milhões são atualmente ocupados (35 milhões com pastagem plantada, 10 milhões com culturas anuais e 2 milhões com culturas perenes e reflorestamento).

O Brasil dispõe de 80 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens para serem explorados, que representam um potencial para aumentar sua produção. É necessário fortalecer o mundo rural e agrícola como um espaço de solidariedade, desenvolvendo ações que contribuam para combater a pobreza, as carências alimentares graves.

Franklin (1709) *apud* Turra (1997) “Se o homem queimar as cidades e preservar os campos, essas ressurgirão. Mas se o homem preservar as cidades e queimar os campos, essas não sobreviverão”.

Também é necessário explorar toda a potencialidade de atividade de produção agrícola, fazendo ocupar posição proporcional a sua capacidade competitiva e se destacar com novo patamar no comércio mundial.

Nessa perspectiva também esta inserida ao pequeno produtor, a junção ou união mútua através do cooperativismo e associativismo tendo como objetivo a agregação de valor e maximização de produção fazendo com que essa produção seja canalizada ao mercado de maneira eficiente. Tornado-se ferramentas vitais ao desenvolvimento social no campo.

## **2.1 Alternativas de Fortalecimento e Desenvolvimento da Agricultura Familiar**

Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, tem na formação de associações um mecanismo que lhes garante maior desempenho para competir no mercado.

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitando-lhes explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.



A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos para pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o produtor certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional. Ao buscarem um melhor aperfeiçoamento comunitário, evoluem para decisões mais definitivas, capacitando a parceria, inicialmente informal, para uma forma de união organizada e associativa, onde terão provavelmente mais êxitos. A vantagem dos produtores de se organizarem em associações é que juntos poderão reivindicar a prefeitura, aos vereadores e deputados, melhorias para seu município e região, como estradas, escolas, postos de saúde, etc.

Tais vantagens vêm estimulando os pequenos agricultores a se organizarem de forma associativa, somando forças para enfrentar os problemas do homem do campo e ao mesmo tempo, situar a atividade agrícola como caminho viável para o desenvolvimento brasileiro.

### **2.1.2 Cooperativismo como Instrumento de Participação Social**

Destaca-se como objetivo do cooperativismo o “estímulo”, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum, e ainda, a venda em comum de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais e até internacionais.

Entretanto é formada pela associação de pessoas unidas voluntariamente que se baseiam na cooperação mútua. Sua vantagem é que através deste instrumento cooperativo há a valorização da força dos trabalhadores, elimina o subemprego, gera trabalho e melhora a distribuição de renda. Outro instrumento ligado ao cooperativismo é o Kibutz que apresenta em sua organização e estrutura uma certa complexidade. Pode-se defini-lo como sendo uma sociedade voluntária, baseada na comunhão integral, que abrange a produção, consumo e educação.

Transcende assim os limites meramente cooperativos para aspirar a uma concepção integral de vida, onde estaria abolida a propriedade privada, tendo o homem a alegria do trabalho isto é, de produzir com suas próprias mãos, onde tudo seria de todos conforme suas necessidades.

A idéia essencial que ressalta do Kibutz é a comunhão integral como forma consciente de vida, seus membros não possuem quaisquer bens, e sequer possuem direitos á propriedade do Kibutz, como sociedade este é de todos, enquanto permanecem nele seus membros tem seus direitos assegurados no que tange a repartição comum do trabalho. Seu objetivo é organizar e desenvolver as condições econômicas dos seus membros de acordo com os princípios cooperativos, podendo para isso dirigir e desenvolver a fazenda coletiva, organizar indústrias e outras, assistir os membros no desenvolvimento de sua economia, cultura e sociabilidade, pela ajuda mútua, cuida-los em suas doenças, sustentar os velhos e inválidos e outros dependentes, e manter e educar os filhos dos membros e ainda estabelecer e manter na colônia, instituições públicas e serviços que, normalmente são mantidos pelas autoridades municipais.

Portanto o Kibutz é um sistema de melhoria nas condições morais e materiais dos menos favorecidos, com regras práticas, para um regime sócio-econômico determinado pelo cooperativismo, tendo como base apenas a cooperação dos seus membros, a entre-ajuda limitada a determinados trabalhos e formas econômicas de produção, sem, porém dar ênfase á comunhão integral, expressa-se numa forma de vida comunitária total.

Em razão destes instrumentos cooperativistas e associativistas que ajudam a intermediar a produção familiar nos debruçaremos sobre nosso objeto de estudo, o município de Presidente Prudente, buscando explicitar se esses mecanismos são adotados e se as políticas e financiamentos agrícolas são acessíveis aos produtores familiares.

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

A busca dos processos que constituíram a apropriação da terra no Brasil, a partir da colonização são imprescindíveis para a compreensão desta dinâmica em Presidente Prudente. Entretanto, não fugindo destas condicionantes mais gerais, o município guarda especificidades, que aqui nos propomos a analisar.

O município de Presidente Prudente está localizado a sudoeste do Estado de São Paulo, compreendendo uma área de 554 km<sup>2</sup>. Entender a origem deste município a partir da ocupação da Alta Sorocabana, ocorrida em meados do século XIX, é resgatar a dinâmica dos processos que condicionaram a mercantilização da terra e a conseqüente corrida especulatória a esta zona.

O primeiro desbravador do sertão do Paranapanema foi José Teodoro de Souza, que se apropriou de terras devolutas cobertas por matas nas áreas de terra rocha e campos. Os mineiros negociavam suas terras em “aguadas” (terra compreendida entre dois espigões), porque a água é indispensável a toda propriedade rural. Servia de pagamento não só dinheiro, mas, também espingardas, mulas arreadas, sacas de sal, etc.

A disputa por terras, devido a problemas de legitimação, fez surgir os grileiros, que, ao invés de ocupar e explorar passaram, a especular com terras abandonadas, com escrituras falsas, registradas em cartórios com a conivência de escrivães.

Foi aberto em 1893, um caminho entre Campos Novos do Paranapanema e o Rio Paraná, para fazer ligação com o Mato Grosso.

Neste cenário se fez a expansão das plantações de café, produzida para a exportação, com a possibilidade de se plantar café o Planalto Ocidental Paulista valorizou-se. Nesse período surgiu o sistema de vendas de terras chamado “loteamento” onde os proprietários retalhavam suas terras em pequenas propriedades e as vendiam a prazo. Assim, o sertão do Paranapanema conheceu tanto o latifúndio cafeeiro como a pequena propriedade explorada pelo colono e sua família.

Ao mesmo tempo, a ferrovia (Estrada de Ferro Sorocabana) expandiu-se pela região, sendo um importante elemento de infra-estrutura da economia cafeeira, pois significava transporte rápido, seguro e barato. Ao longo da ferrovia multiplicaram-se os núcleos urbanos, dentre os quais o município de Presidente Prudente. A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras, a colonização pelo loteamento de grandes glebas, a ferrovia resumem as características de povoamento da Alta Sorocabana, pertencente ao sertão do Paranapanema.

É neste contexto, da história econômica paulista que se insere o Coronel Francisco de Paula Goulart fazendeiro e negociante de terras veio participar da fortuna que o café propiciava. Ele demarcou suas terras e ia vendendo as pessoas interessadas em explorar a plantação de café. Com a inauguração do tráfego normal de trens, em 19 de janeiro de 1919, foram chegando mais pessoas e aumentando o povoamento tanto rural como urbano.

Diferentemente de Goulart, o Coronel José Soares Marcondes não era proprietário de terras, possuía, entretanto uma empresa colonizadora para vendas de terras (Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio). Iniciou a venda de 4700 alqueires no Montalvão, que foram retalhados em pequenos lotes, não sendo suficiente para a demanda. Marcondes foi responsável por impulsionar o povoamento da área.

A estrutura agrária do município organizou-se com a pequena propriedade resultante da política de vendas de terras de Marcondes e Goulart e com os grandes latifúndios. A década de 30 caracterizou-se pela maior produção cafeeira prudentina, a decadência da produção foi causada pelo cansaço das terras arenosas da região, pelas geadas que dizimaram as lavouras e pela diminuição das exportações devido à crise econômica de 1929. A substituição pelo algodão foi inevitável, favorecida por condições tanto nacionais quanto internacionais. O algodão trouxe firmas estrangeiras que se instalaram na cidade, comercializando e financiando pequenos plantadores, animados pelo aumento do consumo nacional. Outros produtos como, arroz, milho, feijão e batata constituíram a base econômica do lavrador que com sua venda, pagava a propriedade e sustentava a família. O município de Presidente Prudente, assim tornou-se capital da Alta Sorocabana

porque, era a mais expressiva da região em termos de produção agrícola que desencadeou o desenvolvimento industrial da cidade.

### 3.1 Estrutura Fundiária de Presidente Prudente

Os dados relativos à evolução da estrutura fundiária municipal, ao longo do período coberto pelos levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ilustrarão nestes últimos 11 anos o que houve com a agricultura do município de Presidente Prudente, o que nos darão uma idéia da importância e representatividade em nosso município.

**Tabela 3-** Estrutura Fundiária

Grupos de área em (hectares)	1985		1996	
	Estabelecimentos	Área em (hectares)	Estabelecimentos	Área em (hectares)
Menos de 1	9	5	32	15,399
1 a 2	17	22	17	24,077
2 a 5	104	420	92	340,145
5 a 10	172	1338	123	923,556
10 a 20	246	3522	213	3068,535
20 a 50	281	9057	257	8027,963
50 a 100	123	8499	102	7186,988
100 a 500	61	11440	69	12305,330
<b>TOTAL</b>	<b>1.013</b>	<b>34.303</b>	<b>905</b>	<b>31891,993</b>

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários, 1985 e 1996.

Como se constata na tabela três, em 1985 os estabelecimentos circunscritos no estrato de menos de 1 a 10 hectares representavam 302 unidades, que ocupavam 1785 hectares. Quando comparado com o estrato de 10 a 100 hectares com um total de 650 unidades e um total de 21.078 hectares, e os estabelecimentos com mais de 100 hectares, tinham 61, estabelecimentos perfazendo uma área de 11.440 hectares, percebe-se que apesar de apresentar um número maior de pequenos estabelecimentos, o que predomina, são as grandes áreas.

Uma década depois os dados nos mostram que os estabelecimentos de menos de 1 a 10 hectares diminuíram para 264 unidades em uma área 1.303,177 hectares, então houve uma redução de 38 estabelecimentos e diminuição de 481,82 hectares. Os estabelecimentos no estrato de 10 a 100 hectares totalizaram 572 unidades e área de 18.283,48 hectares uma redução de 78 estabelecimentos e diminuição 2.794,52 hectares, já as áreas com mais de 100 hectares, alcançavam 69 estabelecimentos perfazendo um total de 12.305,330 hectares.

Observamos que o quadro não se alterou muito nestes últimos 11 anos embora tenha havido uma redução no número de estabelecimentos e área, o êxodo rural não aumentou significadamente. Outro fator que podemos observar como se manteve concentrada a estrutura fundiária de Presidente Prudente, pois os pequenos estabelecimentos com até 50 hectares totalizaram um percentual de 81,10% do total, e ocupavam uma área de 38,9%, o estrato com mais de 50 hectares totalizaram 18,90% dos estabelecimentos e ocupavam uma área de 61,1%. Embora os pequenos estabelecimentos sejam em maior quantidade, os proprietários acima de 50 hectares possuem área superior aos pequenos.

### **3.2 A Dinâmica Agrária em Presidente Prudente**

A dinâmica agrária no município de Presidente Prudente requer, em princípio, algumas considerações sobre as diversas faces que compõem a agropecuária brasileira e o seu vínculo estreito com um modelo particular de capitalismo.

Em tese, a propriedade privada da terra representaria um entrave ao capitalismo, por presumir a existência da renda, que necessariamente deve ser paga aos proprietários fundiários, diminuindo inclusive o montante apropriado pelos capitalistas, já que a terra é à base de toda produção, e independentemente de sua natureza, a necessidade de alocação se apresenta. Ocorre que no Brasil, de um modo geral estas duas figuras acham-se fundidas, de modo que o capitalista é também proprietário de terras, e vice-versa. Particularmente o golpe militar acentuou esta fusão ao criar uma política de incentivos fiscais para o empresariado urbano adquirir terras e atuar na agropecuária.

Foi exatamente o equívoco do empecilho da propriedade privada da terra que levou a vanguarda da esquerda brasileira a investir numa aliança entre trabalhadores e burguesia, contra a oligarquia rural. O período de autoritarismo demonstrou, por si só, o quanto era conveniente aos capitalistas o conservadorismo. A sustentação do regime militar foi constituída a partir da velha oligarquia agrária e dos setores capitalistas mais dinâmicos, visando breçar a ascensão política da classe trabalhadora, que poderia resultar numa reorientação do Estado e das políticas públicas, francamente favoráveis aos primeiros.

A propriedade fundiária passa a ser um importante fator de acumulação de capital. A conotação de instrumento gerador, em potencial, de capital, explica o interesse e a corrida destes por terras. Este caráter revela-se em políticas seletivas de subsídios, financiamentos, baixas alíquotas de tributação em relação às atividades urbanas.

O fato de o Estado estar promovendo e amparando a reprodução de capital através destes meios só pode ser compreendido a partir da composição dos blocos de poder, onde o interesse majoritário tem atuado na manutenção deste estado. Por conta disto, não existe de fato uma ampla política agrícola no país.

Ora, sabendo-se que a maior parte dos alimentos provêm das pequenas propriedades, uma política de real amparo a estes produtores implicaria numa redistribuição dos recursos, o que redundaria numa diminuição do montante destinado atualmente aos grupos dominantes.

Portanto, são fatos como estes que fizeram com que várias frentes de atuação do Estado, em desacordo com a pseudoneutralidade e defesa de interesses comuns. O privilégio aos capitalistas revela as conflitualidades e as esferas atuantes do poder de uma sociedade de classes, que acaba resultando em uma (des) intervenção que afeta diretamente o conjunto menos privilegiado da agricultura, composto pelos pequenos produtores.

Levar em conta este contexto é essencial para que possamos compreender as mudanças ocorridas no município de Presidente Prudente, onde os pequenos agricultores foram sistematicamente penalizados, resultando na expansão da pecuária extensiva. Esta progressiva inversão no uso da terra provocou amplos

reflexos no quadro sócio-econômico do município, sobre os quais nos ocuparemos adiante.

### **3.3 Obtenção de Crédito Agrícola no Município de Presidente Prudente**

Como já foi exposto, para um bom andamento das atividades agrícolas, faz-se necessário que os agricultores tenham algum tipo de financiamento por parte dos órgãos públicos. Hoje em dia manter uma propriedade rural, seja ela destinada à produção de leite ou a produção/comercialização de produtos da lavoura branca (feijão, mandioca, etc...) é fundamental que o produtor consiga investir em sua propriedade o mínimo necessário para o bom desempenho.

De acordo com a pesquisa de campo de Guirro (2001), onde foi analisado no município de Presidente Prudente uma amostra de 50 pequenos produtores rurais, constatou que 18% do total conseguem financiamento, enquanto que 82% a maioria, não tem acesso aos recursos junto aos bancos para viabilizarem suas atividades agrícolas. Isso poderia ser explicado pela falta de informações destes agricultores em relação aos empréstimos junto aos Bancos.

Os principais motivos constatados foram os juros cobrados pelas instituições financeiras, além da dificuldade dos proprietários/produtores conseguirem preços compensadores para colocar seus produtos no mercado.

Diante desta problemática, as linhas de créditos voltados aos pequenos trabalhadores rurais poderiam entrar como opção ao fortalecimento produtivo, e auxiliar para que possam modernizar as propriedades, como por exemplo, a compra de novos equipamentos (tratores, colheitadeiras etc.), que poderia melhorar significativamente o crescimento da produção.



### **3.4 Condições para Viabilizar a Produção Rural**

A agricultura familiar vem passando por sérias dificuldades com relação à produção agropecuária, como por exemplo, os altos preços dos insumos agrícolas, os baixos preços obtidos com a comercialização dos produtos agropecuários, a falta de assistência técnica do governo, a atuação de intermediários, que rebaixam a renda obtida com a produção, a falta de terras, a descapitalização dos produtores entre outros.

Essas dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares ocasionam sérias conseqüências sociais. Uma dessas conseqüências refere-se ao baixo nível de qualidade das famílias, pois com uma renda muito baixa com a atividade agropecuária, sendo suficiente, apenas para sobrevivência da família, inexistindo assim, em muitas regiões, a assistência médica hospitalar, o lazer, a educação, que são direitos básicos do cidadão.

Esse baixo nível de vida que caracteriza parcela dos agricultores familiares traz outras conseqüências, como a desistência do produtor em continuar no campo, migrando para a cidade, ou a ausência de sucessores para dar continuidade às atividades agrícolas desenvolvidas pelos progenitores.

No caso do Brasil, além dos problemas citados, a agricultura familiar tem sérias dificuldades para desenvolver-se devido também à grande concentração fundiária existente no país. Dessa maneira, milhares de produtores, baseados no trabalho familiar, lutam para permanecer no campo produzindo, de maneira subordinada às grandes fazendas, como parceiros, arrendatários, meeiros e minifundistas em pequenas áreas de terra, enquanto que os grandes produtores e latifundiários, que são em termos numéricos minoria, possuem a imensa maioria das terras, deixando-as muitas vezes improdutivas, ou explorando-as, com base numa agricultura moderna que, além de gerar sérios impactos ao meio ambiente, ocasiona uma intensa exploração da força de trabalho dos assalariados rurais.

A primeira dificuldade que impede o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é a grande concentração fundiária, que é uma injustiça muito grande um país que ocupa o quinto lugar em termos extensão territorial. Assim, a

concentração fundiária só pode ser compreendida no plano político, isso por que o governo brasileiro tem atuado no sentido de favorecer os grandes fazendeiros.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, como já foi relatado anteriormente é necessário a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária (acompanhada de crédito para custeio, investimento e assistência técnica). Mas, apenas a reforma agrária não resolve o problema da agricultura familiar, pois no atual estágio do capitalismo, que é altamente competitivo, e no caso da agricultura, dominado pelas indústrias, a inserção dos produtores de forma individual no mercado, torna-os inviáveis a longo prazo, visto que não podem concorrer com os grandes produtores.

De acordo com Oliva (2001), promover o desenvolvimento das regiões mais carentes do Estado e sua integração no processo global de desenvolvimento deveria constituir um dos maiores desafios dos governos.

Romper com essa condição de atraso em relação à dinâmica do desenvolvimento estadual é decididamente o principal objetivo que deve unir a comunidade regional envolvendo todos os segmentos da sociedade e os níveis de governo. Dessa forma a preocupação com o equacionamento dos problemas destaca-se não só pelo fato da percepção da necessidade de desenvolvimento emergir do consenso de todos os segmentos, imbuídos da decisão de efetivamente fazer acontecer, mas porque a situação impõe repensar as formas de atuação dos governos, a questão de planejamento em si e o planejamento regional, bem como requerer a participação da iniciativa pública e privada para uma ação objetiva, prática e de resultados.

É nesse contexto que se insere a proposta para uma ação integrada de governo, associada à atuação das lideranças locais e, em particular, a empresarial rural, para buscar soluções dos problemas agropecuários que sem dúvida constitui fonte de emprego e renda.

Neste momento é importante ressaltar que apesar das iniciativas lançadas pela Secretaria da Agricultura ou Associações de produtores serem apresentadas distintamente uma das outras, estas não devem ser consideradas como iniciativas

independentes, uma vez que grande parte dos esforços e ações foi tomada de forma conjunta, mesmo que informalmente.

Entretanto, essa integração tem que ser feita de maneira efetiva e homogeneia entre os órgãos locais, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicatos Rurais, Associações, Cooperativas entre outros, para que o desenvolvimento local de qualquer, Município, Região, Estado possa agir globalmente.

O esforço conjunto objetiva minimizar os efeitos das oscilações de preços nos mercados, preservar a renda dos produtores e garantir estabilidade na comercialização, com benefícios aos consumidores.

O município de Álvares Machado é um bom exemplo de viabilidade de agricultura familiar, 84% das propriedades rurais são pequenas conforme o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (Lupa), da Secretaria de Estado da Agricultura, outro dado significativo para o município é que esses produtores estão organizados em treze associações e utilizam recursos federais do Pronaf, incentivados dessa forma, abastecem em 70% o Centro de Abastecimento S/A (CEASA) de Presidente Prudente, na produção de hortaliças.

Conforme Hespanhol (2002), com a decadência das lavouras tradicionais, os agricultores familiares que ainda persistem no meio rural, procuram atividades estratégicas e alternativas, para a reprodução social, como a pecuária leiteira e o cultivo de hortifrutigranjeiros, atividades que vem aumentando de produção nos últimos anos.

Ainda, segundo Hespanhol, a horticultura vem se constituindo em uma atividade importante para os produtores familiares do município de Álvares Machado, pois estes produtos são cultivados em sua maioria, em propriedades de menos de 100 hectares. Dessa maneira, em 1995/96 a horticultura no município de Álvares Machado, apresentou uma produção de 3.771 toneladas, correspondendo a 41,9% do total produzido na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente que foi de 9.008 toneladas. Desse modo, a horticultura é uma importante aliada ao desenvolvimento para a reprodução social dos agricultores familiares, não somente ao município de Álvares Machado, mas a todos outros municípios que o seguirem como exemplo.

O município de Presidente Prudente historicamente como já foi relatado, teve seu alicerce fundamentado na produção agrícola, apesar do contexto local apresentar uma considerável concentração de terras, o referido município caracteriza-se pela presença de pequenos estabelecimentos rurais.

Adentrar nesse universo nos possibilita desvendar a riqueza da vida e do trabalho de um grupo social, pouco visível para alguns, em uma sociedade que tem priorizado outros valores.

Muitos estudos têm apontado que o processo de desenvolvimento tende a separar o surgimento de novos empregos do grau de urbanização regional. Um amplo programa de pesquisas desencadeado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE 1996), mostrou que certas regiões rurais dos países mais desenvolvidos voltaram a ter dinamismo econômico, enquanto as mais urbanizadas se estagnaram ou mesmo regrediram.

Estes estudos ressaltam, de forma particular, o papel dos estabelecimentos agrícolas, em que o núcleo familiar pode formar um pequeno negócio, na maioria das vezes informal, com grande habilidade empreendedora.

Conforme FIBGE (1995/96), a região de Presidente Prudente, mais especificamente a Microrregião Geográfica com trinta municípios, conta com 82,9% de seus estabelecimentos rurais possuindo áreas inferiores a 100 hectares, estas ocupam 18,5% da superfície total da região, sendo que grande parte desses estabelecimentos é dirigida ou arrendada por famílias que aí trabalham e têm se reproduzido socialmente.

Nesses estabelecimentos de até 100 hectares, os responsáveis e membros não remunerados, ou seja, a mão-de-obra familiar, representa 65,1% do conjunto da mão-de-obra empregada.

Nota-se, a importância que esses sujeitos sociais desempenham para o dinamismo do município e da região, mesmo em face de limitações de ordem fundiária, tecnológica, de recursos financeiros e de comercialização, entre outros.

Sendo assim, a produção familiar apesar de pequena representa um papel social e econômico importante, embora encontre dificuldades e limites, frutos da história social, política, econômica, agrícola e agrária brasileira.

Conforme dados coletados do Censo Agropecuário de 1995/96, no município de Presidente Prudente, verificou-se que 88,6% das terras utilizadas eram ocupadas por pastagens; 9,1% eram cultivadas com atividades de lavouras; 2,2% eram ocupadas com matas e florestas; e 0,1% correspondiam a terras produtivas não utilizadas.

Dentre as lavouras temporárias cultivadas no município, destacaram-se em termos de área, a cultura de cana-de-açúcar 459 hectares, o milho 843 hectares e a batata-doce 300 hectares. Vale ressaltar que a expansão da cultura de batata-doce na década de 1990 deveu-se a freqüente busca das alternativas de renda pelos pequenos produtores para substituição de outras culturas como o algodão e o amendoim. O caráter produtivo e comercial atingido pela batata-doce se deve ao fato desta ser uma cultura que não necessita de altos custos de investimento para o seu cultivo.

No que se refere ao cultivo de lavouras permanentes, em 1995/96 destacaram-se, em termos de área cultivada a cultura da manga 82 hectares; a banana 17 hectares; e do café em coco 78 hectares.

Com relação ao pessoal ocupado, verificou-se que a categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família representou a principal forma de organização do trabalho no campo.

Desta forma, ressalta-se a importância das unidades produtivas familiares na produção agropecuária do município, isso porque em 70,7% do pessoal ocupado em atividades rurais eram responsáveis e membros não remunerados da família; 23,3% eram empregados permanentes; 2,7% eram empregados temporários; 0,4% eram parceiros; e, 2,9% apresentavam-se em outras condições.

Vale destacar que historicamente o município sofreu uma acentuada diminuição do pessoal ocupado no campo. Um dos fatores que podem ser destacados para este fato é a substituição de áreas anteriormente destinadas às lavouras pelas pastagens, a qual “trouxo reflexos negativos ao município de Presidente Prudente, onde a atividade extensiva representou um fechamento sem precedentes, no mercado de trabalho e nas ocupações do campo” (Paulino, 1997 p. 146).

**Tabela 4-** Principais culturas do Município de Presidente Prudente/ S.P

<b>CULTURAS</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>PRODUÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>
Algodão	30	3.600	@
Amendoim	80	4.4	ton
Arroz	50	90	ton
Café	63	420	sc 60kg
Feijão	30	300	sc 60kg
Mandioca	40	1000	ton
Melancia	15	450	ton
Tomate rasteiro	5	125	ton
Tomate envarado	5	200	ton

*Fonte:* LUPA não consolidada Fev/2001.

Devido ao clima, e a forma de organização essas culturas expostas na tabela quatro, são as mais comuns no município de Presidente Prudente, dentro da produção familiar com área inferior a 100 hectares. Nas áreas superiores a 100 hectares encontram-se o cultivo de Batata-doce que tem uma grande representatividade a nível nacional, e outras culturas como cana-de-açúcar e milho.

Paralelamente à produção agrícola, a criação do gado bovino na região, também se desenvolveu com grande expressividade. A pecuária de corte constitui uma fonte de renda para a pequena propriedade.

A comercialização de leite é uma opção aos produtores familiares, se considerarmos que o leite é um dos produtos da alimentação básica da população e como tal, não confere grande margem de renda aos produtores. Entretanto, esta atividade implica em maior utilização de mão-de-obra, para atividades específicas de retiro, aparte de bezerros etc, reduzindo o dispêndio com salários.

A tabela a seguir, é mais completa do que a anterior, pois, trás a produção agrícola e pecuária, nos dando uma idéia da variedade de culturas que se adaptam ao município.

**Tabela 5-** Estatísticas da Produção de Produtos Agrícolas e da Pecuária, Município de Presidente Prudente/ S.P.

PRODUTO	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PRODUÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
Abóbora	5ha	produção anual	175	Ton
Abobrinha	5ha	produção anual	1750	cx. 20kg
Alface	5ha	produção anual	5000	engr. 9dz
Algodão Caroço	20ha	produção anual	1600	@
Amendoim	600ha	produção anual	54000	sc. 25kg
Arroz em casca	40ha	produção anual	1200	sc. 60kg
Aves de granja para o abate	3000 cab.	peso total	6000	kg
Aves de granja para corte		quantidade	2000	cab.
Aves para postura	10000cab.	produção anual	190000	dz/ano
Banana	10ha	produção anual	200	Ton
Batata doce	800ha	produção anual	400000	cx. 24kg
Bovino para abate	21200 cab.	peso total	318000	@
Brócolos	9ha	produção anual	5400	engr.dz.mç. 15
Café	60ha	produção anual	420	sc. 60kg
Cana para forragem	600ha	produção anual	18000	Ton
Chicória	3ha	produção anual	1860	engr. 8 dz.
Equinos		quantidade	3000	cab.
Feijão	30ha	produção anual	300	sc. 60kg
Jiló	10ha	produção anual	10000	cx. 19 kg
Laranja	12000 pé	produção anual	24000	cx. 40,8 kg
Limão	6500 pé	produção anual	13000	cx. 40,8 kg
Mandioca	40ha	produção anual	40000	cx. 25 kg
Manga	500 pé	produção anual	36000	cx. 22 kg
Melância	5ha	produção anual	150	Ton
Milho em grão	500ha	produção anual	20000	sc. 60kg
Número de bovinos para corte	28000 cab.	para leite	25000	cab.
Poncã	7000 pé	produção anual	14000	cx. 40,8 kg
Rabanete	5ha	produção anual	100000	mç. 1kg
Tomate envarado	5ha	produção anual	5000	cx. 25kg
Tomate rasteiro	5ha	produção anual	100	Ton

*Fonte:* Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), 2002.

O agricultor familiar não está limitado somente a uma ou duas culturas, diante da tabela cinco, é possível observar a diversidade de culturas que se adaptam ao clima e solo do município de Presidente Prudente.

Diante dessa variedade, dependerá do agricultor especializar-se em técnicas de manejo ou até mesmo se adaptar à produção de outras culturas.

As estatísticas a seguir, demonstram o percentual de produtores rurais que procuram uma melhor distribuição para agregação de valor em sua produção.

**Tabela 6** - Estatísticas agrícolas, município de Presidente Prudente/SP.

<b>ITEM</b>	<b>Nº DE UPAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Produtor faz parte de associações	2072	24,37
Produtor faz parte de cooperativa	3555	41,81

*Fonte:* Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA 1995/96.

Essa tabela, nos mostra quantos produtores rurais, tem acesso a associações e cooperativas aqui no município de Presidente Prudente.

São 2072, unidades de produção agrícolas (UPAS), representando 24,37% de associações no município e 3555 unidades de produção agrícola, representando 41,81% de cooperativas.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se finalizar este trabalho de pesquisa, ficou mais do que evidente a importância que esses sujeitos sociais desempenham para o dinamismo do município de Presidente Prudente. Sendo de grande ou pequena representatividade o agricultor familiar em termos econômico e social tem sua função na economia do município.

Com relação a esse segmento da população produtiva agrícola, cumpre ressaltar, a complexidade de se definir esses sujeitos, devido à heterogeneidade neles contida. Ressalto que, a expansão da agricultura capitalista não levou, necessariamente, ao desaparecimento das unidades de produção familiares, fossem elas pequenas ou médias, tampouco a uma homogeneização da produção.

Os sujeitos sociais são os que podem transformar situações que afligem as sociedades, através da atuação política e da reivindicação direta. Desta forma, setores que foram considerados outrora ineficientes, hoje são tidos como fundamentais para dinamizar espaços produtivos através do trabalho, da renda gerada por ele e de sua distribuição, nos quais se destaca mais uma vez, a atuação do agricultor familiar.

Entretanto, esses sujeitos sociais devem procurar superar problemas de forma conjunta com a sociedade e o poder público.

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola, com destaque para o PRONAF, não têm atendido as demandas “reais” dos produtores familiares, ao manter em suas bases uma lógica que ainda privilegia o latifúndio e a grande exploração agrícola de produtos exportáveis. Muitos ajustes devem ser realizados, ressaltando-se entre eles, uma forma de distribuição dos recursos que tente inserir o produtor no mercado, de forma coletiva e com menores exigências de garantias.

Em se tratando de processos mais específicos, a formação histórica do município, demonstrou que a atividade pecuária sempre ocupou um maior espaço tanto em termos fundiários como em termos econômicos. A estrutura fundiária reflete também a estrutura agrária brasileira.

As condições históricas, econômicas, políticas e sociais levaram principalmente os agricultores, fossem eles proprietários, arrendatários ou parceiros, com menores disponibilidades financeiras a serem duramente penalizados. Esses processos, entre outros, levaram a uma acentuação dos problemas, tais como a migração da população rural e a exclusão de grande parcela da população.

Desta forma, a diversificação das culturas praticadas, a formação de áreas, antes ocupadas com agricultura, com pastagens para a atividade pecuária de leite, a contratação de mão-de-obra temporária para auxiliar nas diversas etapas da produção agrícola, a conscientização de que a organização social dos agricultores seja, em associações ou em cooperativas, pode protegê-los e auxiliá-los em problemas como a intensa intermediação na comercialização, a insuficiência de crédito para as atividades desenvolvidas, os custos de produção cada vez mais onerosos, são entre outras, algumas ações adotadas pelos produtores.

Mesmo em face às limitações de ordem fundiária, tecnológica, de recursos financeiros, entre outros aspectos.

Observou-se com a pesquisa, que a grande dificuldade da agricultura familiar não é de produzir, mas sim, ter o retorno esperado. Assim acredita-se que seja imperativo aliar forças institucionais, através de políticas públicas, de ações da sociedade civil, da atuação das universidades, com apoio em pesquisa e em tecnologia, bem como a criação de canais de comercialização que fossem favoráveis a esse grupo produtivo.

O município de Presidente Prudente reúne todas as condições favoráveis para o desenvolvimento da pequena propriedade rural, bastando apenas organização estrutural, político-administrativa e comercial.

Enfatiza-se, por fim, que a produção familiar representa um papel social e econômico importante para o desenvolvimento local, na medida em que seu fortalecimento tem tanto um valor social, através da terra, do trabalho e da família, como um valor econômico, pois a geração de renda e de empregos dinamiza o consumo e a procura por serviços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Censo econômico:** Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

\_\_\_\_\_. **Recenseamento Geral do Brasil:** censo agropecuário: Presidente Prudente. IBGE, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2004.

BULGARELLI, W. **O kibutz e as cooperativas integrais.** 3. ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Estudos Cooperativos, 1985. 109p.

FARIAS, F. F. **Associativismo e participação.** 1981. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifício Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981.

GUIRRO, M. S. **Inserção da pequena propriedade rural no entorno da malha urbana de Presidente Prudente/SP:** pluriatividade e agricultura part- time. 2001. 155f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2001.

LUIZ, F. F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas.** 5. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Ponzetti, 1961. 564p.

MARTINS, J. S. **A chegada do estrangeiro.** São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.134p.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite.** São Paulo: Hucitec, 1989.147p.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 7. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.157p.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 174p.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

MENDONÇA, A. A. **Diagnóstico socioeconômico da atividade leiteira no assentamento de Santa Vitória no município de Teodoro Sampaio/SP:** no período de julho de 2002 à junho de 2003. 2003. 92 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2003.

MIRALHA, W. HESPANHOL, R. A. M. A agricultura familiar no município de Álvares Machado/SP. **Geografia em atos**, Presidente Prudente, SP, v.1, n. 4, p. 39-58, dez. 2002.

NORONHA, E. O. HESPANHOL, R. A. M. A dinâmica da agricultura familiar no município de Presidente Prudente/SP. **Geografia em atos**, Presidente Prudente, SP, v.1, n.4, p.115-133, dez. 2002.

OLIVA, F. A. A decadência do setor agropecuário de Presidente Bernardes no contexto do Pontal do Paranapanema. **Revista Intertemas**, Presidente Prudente, SP, v. 5, p. 117-120, nov. 2001.

POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 191p.

PRADO, C. J. **História econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 364p.

PRADO, D. **Guia metodológico**: Análise diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, 1999. 83p.

SANTOS, W. **Diagnóstico histórico e econômico de região de Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 1999. 172p.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: Universidade Mackenzie, 1998. 211p.

SCHIRNEV, L. Agricultura Familiar atinge 84% em Álvares Machado. **Oeste Notícias**. Presidente Prudente, 13 jun. 2004. Agroeste, p. 7.

SPERRY, S. **Organização dos produtores**. Brasília: Embrapa, 1999. 166p.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. 266p.

